

SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS COMO ESTRATÉGIAS DE SUPPORTE OCUPACIONAL: UMA ANÁLISE DO USO DE SUBSTÂNCIAS COMO FORMA COMPENSATÓRIA

**PSYCHOACTIVE SUBSTANCES AS OCCUPATIONAL SUPPORT STRATEGIES:
AN ANALYSIS OF SUBSTANCE USE AS A COMPENSATORY MECHANISM**

Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde • 31/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/785275505](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/785275505)

Nathieli Oliveira de Lima

RESUMO

Objetivo: O objetivo deste estudo é analisar o uso de substâncias psicoativas como estratégia de suporte ocupacional e forma compensatória, examinando a participação ocupacional para além de binarismos simplistas e compreendendo o consumo como modulador de estados afetivos e rotinas diante de exigências de hiperprodutividade. **Método:** O percurso investigativo fundamentou-se em uma revisão integrativa da literatura de caráter puramente bibliográfico, articulando o pensamento de Michel Foucault, os critérios diagnósticos do DSM-5 e as contribuições da Terapia Ocupacional Social e Crítica. **Resultados:** Os resultados revelam que o consumo de substâncias opera frequentemente como uma "prótese química" ou recurso paliativo para mitigar o sofrimento cotidiano e modular déficits executivos em contextos de neurodivergência e exaustão, sendo indissociável das determinações estruturais do capitalismo e do proibicionismo. **Conclusão:** A conclusão sintetiza que a Terapia Ocupacional deve superar abordagens reducionistas e punitivas, fortalecendo práticas territoriais baseadas na Redução de Danos, na Luta Antimanicomial e na expansão da contratualidade e da cidadania.

Palavras-chaves: Terapia Ocupacional; Substâncias Psicoativas; Neurodiversidade; Redução de Danos.

ABSTRACT

Objective: The objective of this study is to analyze the use of psychoactive substances as an occupational support strategy and compensatory form, examining occupational participation beyond simplistic binarisms and understanding consumption as a modulator of affective states and routines facing hyper-productivity demands. **Method:** The research path was based on an integrative literature review of a purely bibliographic nature, articulating Michel

Foucault's thought, the diagnostic criteria of the DSM-5, and the contributions of Social and Critical Occupational Therapy. **Results:** The results reveal that substance use often operates as a "chemical prosthesis" or palliative resource to mitigate daily suffering and modulate executive deficits in contexts of neurodivergence and exhaustion, being inseparably linked to the structural determinations of capitalism and prohibitionism. **Conclusion:** The conclusion synthesizes that Occupational Therapy must overcome reductionist and punitive approaches, strengthening territorial practices based on Harm Reduction, the Antiasylum Struggle, and the expansion of contractuality and citizenship.

Keywords: Occupational Therapy; Psychoactive Substances; Neurodiversity; Harm Reduction.

1. INTRODUÇÃO

A literatura tradicional da terapia ocupacional tendeu a confinar o conceito de significado ocupacional a uma premissa estritamente positiva, associada a sentimentos de maestria, bem-estar, felicidade e saúde. Por outro lado, o campo de estudo sobre o consumo de substâncias focou quase com exclusividade em narrativas de patologia, desvio social e dano. Contudo, abordagens contemporâneas ancoradas na teoria da atividade propõem examinar o uso de substâncias e a participação ocupacional para além desses binarismos simplistas. As substâncias, sejam elas lícitas como cafeína e álcool, farmacêuticas ou ilícitas, integram o cotidiano e atuam diretamente sobre processos bioquímicos e fisiológicos que modificam a experiência, a performance e a participação em diversas atividades.

Nesse sentido, o uso de substâncias psicoativas frequentemente ocorrem com outras atividades do cotidiano, funcionando como ferramentas de transição, estruturação de rotinas ou modulação de estados afetivos. Entre profissionais e estudantes submetidos a altas cargas de exigência de produtividade, o consumo de estimulantes ou depressores atua como um recurso para mitigar o estresse e ajustar ritmos biológicos. O trabalho e o estudo, embora descritos como ocupações valorizadas, configuram-se simultaneamente como fontes profundas de exaustão, ansiedade e sobrecarga cognitiva. É nesse cenário que o uso de substâncias como a cafeína para a melhoria imediata do foco, ou o álcool e a cannabis para a facilitação do relaxamento e do engajamento social surgem nos relatos como um mecanismo rápido para desligar o eixo cognitivo do trabalho ou para tolerar exigências socioculturais de hiperprodutividade.

Partindo da premissa de que o uso de substâncias altera profundamente a experiência ocupacional, torna-se evidente a necessidade de uma escuta terapêutico-ocupacional que ultrapasse o objetivo unicamente focado na abstinência, reposicionando o olhar sobre a complexidade do cotidiano e os contextos sociopolíticos e econômicos dos sujeitos. As decisões de consumo não ocorrem no vácuo; estão profundamente enraizadas em culturas de exaustão e pressões por rendimento impostas pelo cenário contemporâneo. No centro da discussão contemporânea da saúde pública, o consumo problemático de álcool e outras drogas constitui uma questão complexa que exige respostas articuladas em rede (Carleto et al., 2025).

O reconhecimento de que o uso de substâncias cumpre um papel funcional na regulação diária e que as intervenções fundamentadas

na atenção psicossocial devem apoiar a reorganização de rotinas e projetos de vida promotores de contratualidade convidam, portanto, a práticas mais emancipatórias e atentas às singularidades de cada indivíduo. Como apontam Carleto et al. (2025), a atuação profissional no âmbito da Atenção Psicossocial e dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) busca auxiliar os sujeitos na plena participação social e no exercício da cidadania, indo muito além do alcance estrito da abstinência (Carleto et al., 2025, p. 3). É justamente para dar conta dessa complexidade entre o sofrimento cotidiano, a regulação dos corpos e a categorização médica que se desenha o percurso analítico deste estudo.

2. MÉTODO

Dando continuidade a essa leitura crítica da realidade, o percurso analítico delineado para esta investigação fundamenta-se em uma vertente teórica que articula o pensamento de Michel Foucault e as contribuições dos estudos da Terapia Ocupacional Social e Crítica. O eixo central desse diálogo reside na compreensão do uso de substâncias não apenas como um desvio, mas sob a ótica biomédica formalizada no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5, APA, 2014). A partir da caixa de ferramentas foucaultiana, propõe-se examinar o consumo de drogas para além das lentes estritamente patologizantes ou morais, situando-o no cruzamento com as relações de poder, os saberes disciplinares e os dispositivos de biopoder que normatizam e gerem os corpos. Essa postura teórica afasta-se de visões unicamente estigmatizantes, questionando as engrenagens regulatórias que produzem a exclusão e o silenciamento de sujeitos dissidentes.

Em estreita articulação com esse referencial filosófico, a Terapia Ocupacional crítica subsidia a compreensão dos cotidianos, das texturas da vida diária e das ocupações atravessadas por vulnerabilidades estruturais e barreiras institucionais. O diálogo entre tais aportes orienta uma leitura sensível às dinâmicas de sujeição, costurando a perspectiva médica ancorada nas classificações e nos critérios diagnósticos do DSM-5 (APA, 2014) ao debate crítico sobre os modos de tratamento e a gestão da vida. Sob a luz de Foucault e da Terapia Ocupacional, busca-se examinar os discursos normativos, os efeitos de verdade e as resistências cotidianas que escapam às malhas disciplinares.

Para a sustentação integral deste percurso investigativo, adotou-se o modelo de revisão integrativa da literatura de caráter puramente bibliográfico. Conforme aponta Rodrigues (2022, p. 6), esse desenho metodológico viabiliza uma “compreensão mais abrangente de um fenômeno particular”, eixo que, no escopo deste trabalho, atende diretamente à articulação entre o modelo médico classificatório do DSM-5 (APA, 2014), a gestão foucaultiana da vida e as reflexões da Terapia Ocupacional frente ao consumo de substâncias. A referida autora destaca que tal modalidade de revisão favorece a formulação e o refinamento teórico, oportunizando uma apreensão aprofundada do objeto de estudo de natureza exclusivamente bibliográfica. Desse modo, a eleição deste delineamento justifica-se pela capacidade de adensar o diálogo crítico da pesquisa teórica, permitindo confrontar os discursos oficiais e classificatórios com as leituras emancipatórias do campo social.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. O Que é o Uso de Substâncias à Luz do DSM-5

Para compreender o pano de fundo normativo que estrutura a perspectiva médica abordada no referencial metodológico, é preciso analisar criticamente como a nosografia oficial define o fenômeno e de que maneira essa categorização impacta a vida cotidiana. Os transtornos relacionados a substâncias compreendem dez classes distintas de drogas: álcool, cafeína, cannabis, alucinógenos (com categorias separadas para fenciclidina e outros alucinógenos), inalantes, opioides, sedativos, hipnóticos e ansiolíticos, estimulantes (incluindo substâncias do tipo anfetamina e cocaína), tabaco, além de outras substâncias ou substâncias desconhecidas (APA, 2014, p. 481). É importante ressaltar que essas dez classes não são totalmente estanques ou distintas entre si, refletindo a porosidade dos quadros clínicos na experiência real dos sujeitos. O elemento central que une todas as drogas consumidas em excesso é a ativação direta do sistema de recompensa do cérebro, estrutura profundamente envolvida tanto no reforço de comportamentos quanto na consolidação de memórias (APA, 2014, p. 481).

Essa ativação promovida pelas substâncias de abuso manifesta-se de forma tão intensa nos circuitos neurobiológicos que faz com que atividades cotidianas e ocupacionais normais passem a ser progressivamente negligenciadas pelo indivíduo (APA, 2014, p. 481). Em vez de alcançar a ativação do sistema de recompensa por intermédio de comportamentos adaptativos convencionais — como o engajamento em projetos de trabalho de longo prazo, interações sociais ou lazer estruturado —, as drogas acionam diretamente essas vias de gratificação imediata (APA, 2014, p. 481). Embora os mecanismos farmacológicos peculiares de cada classe de droga diferiram entre si na produção de efeitos de recompensa, todas geralmente estimulam o sistema e desencadeiam sensações intensas de prazer, comumente traduzidas na clínica pelas

experiências de alívio rápido ou modulação sensorial (APA, 2014, p. 481).

Adicionalmente, o manual aponta que indivíduos com baixos níveis de autocontrole e dificuldades no controle inibitório apresentam uma predisposição particular para o desenvolvimento de transtornos decorrentes do uso de substâncias (APA, 2014, p. 481). Esse panorama sugere que, em determinados contextos, a gênese dos transtornos não se restringe ao encontro com a substância, mas pode ser mapeada nos padrões comportamentais e executivos do indivíduo muito antes do início do consumo efetivo. Este fator decorre de um reflexo direto de deficiências funcionais nos mecanismos cerebrais de regulação e inibição de impulsos.

É precisamente neste ponto de vulnerabilidade neurofuncional, marcado pelo déficit executivo e pela exigência de adaptação a rotinas rígidas, que se interseccionam de maneira incontornável as discussões sobre o sofrimento psíquico contemporâneo e as neurodivergências. Ao conectar os marcadores médicos às complexidades da vida diária, percebe-se que o consumo de substâncias deixa de ser apenas um desvio comportamental isolado e passa a funcionar como um operador de ajuste diante das dissonâncias entre o funcionamento neurológico singular do sujeito e as demandas normalizadoras do meio social.

Essa constatação evidencia que a intervenção profissional não pode se esgotar na exigência mecânica da abstinência, exigindo, ao contrário, um olhar sensível às texturas da vida diária. É a partir dessa leitura ampliada que o cotidiano deixa de ser um espaço opaco e passa a ser compreendido como o território central onde se geram tanto as vulnerabilidades quanto as possibilidades de reestruturação

emancipatória dos sujeitos (Carleto et al., 2025, p. 13), desaguando diretamente nas complexas dinâmicas que caracterizam a neurodiversidade na sociedade contemporânea.

3.2. O Uso de Substâncias e a Sensação Compensatória na Neurodiversidade

A intersecção entre os transtornos do neurodesenvolvimento e a dependência química representa um dos campos mais desafiadores e urgentes para a investigação clínica e social contemporânea. Sob uma perspectiva foucaultiana, a análise do cotidiano, da socialização e da autonomia de indivíduos neurodivergentes não se dissocia dos mecanismos de poder e normatização que operam sobre os corpos. O sujeito com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), por exemplo, acaba por tensionar as exigências de produtividade e ritmo impostas pela modernidade, que demandam atenção constante e controle rígido. Segundo o DSM-V (2014):

o TDAH está associado a desempenho escolar e sucesso acadêmico reduzidos, rejeição social e, nos adultos, a piores desempenho, sucesso e assiduidade no campo profissional e a maior probabilidade de desemprego, além de altos níveis de conflito interpessoal. Crianças com TDAH apresentam uma probabilidade significativamente maior do que seus pares para desenvolver transtorno da conduta na adolescência e transtorno da personalidade antissocial na idade adulta, aumentando, assim, a probabilidade de transtornos por uso de substâncias e prisão. O risco subsequente para transtornos por uso posterior de substâncias é alto, especialmente quando se desenvolve transtorno da conduta ou transtorno da personalidade antissocial (APA, p. 63, 2014).

Neves e Souza (2022) apontam que a expansão contemporânea de diagnósticos como o TDAH e o consequente recurso a substâncias estimulantes não podem ser compreendidos fora da lógica da patologia do desempenho. Na sociedade capitalista contemporânea, o imperativo categórico é a produção ininterrupta de mais-valia e a otimização constante da performance humana. Por meio da articulação entre o discurso médico-científico (representado pela psiquiatria biológica e pelas neurociências) e as exigências do capital, consolida-se o processo de medicalização da vida. Nesse panorama, as drogas estimulante assumem um papel utilitário central: funcionam como uma engrenagem que ajusta o trabalhador e o estudante aos ritmos frenéticos exigidos pelo

mercado, convertendo o sofrimento existencial em um problema puramente bioquímico a ser "corrigido" farmacologicamente.

Diante desse cenário, o consumo de substâncias ultrapassa a ideia de uma patologia puramente individual, manifestando-se frequentemente como uma estratégia de adaptação e sobrevivência em um ambiente social rígido. Sob o prisma biológico, a vulnerabilidade à dependência relaciona-se diretamente com o funcionamento cerebral e com as oscilações na regulação da dopamina, neurotransmissor fundamental para o foco, a motivação e a recompensa (Duarte; Formigoni, 2017). Essa desregulação acentua a aversão ao atraso na recompensa, gerando um estado crônico de sofrimento e tédio que, muitas vezes, leva o sujeito a buscar substâncias de ação rápida no sistema de recompensa para mitigar sua angústia existencial e funcional (Almeida et al., 2023; Dalabarba; Silva; Chiarani, 2025).

Nesse contexto crítico, o uso de drogas opera como uma tentativa paliativa de compensar déficits executivos e lidar com rotinas exaustivas, transformando-se em uma espécie de prótese química para viabilizar a participação social e produtiva do indivíduo. Contudo, essa alternativa compensatória logo se converte em uma armadilha biológica e comportamental, instaurando a tolerância, a dependência e a compulsão (Duarte; Formigoni, 2017), ao passo que as instituições médicas muitas vezes reduzem o problema a um desvio moral ou biológico isolado (Almeida et al., 2023).

É justamente nesse horizonte que a Terapia Ocupacional assume um papel central e integrador. Ao focar no cotidiano, na organização da rotina e no significado das atividades humanas, o terapeuta ocupacional atua para além do sintoma ou da substância, auxiliando

o indivíduo a reconstruir seu repertório de autonomia e prazer de maneira saudável. Superar esse ciclo reducionista exige uma práxis interdisciplinar e humanizada que articule o manejo cognitivo e comportamental a uma compreensão ampliada do neurodesenvolvimento capaz de desmontar as pressões produtivas excessivas e garantir que o acolhimento à neurodivergência respeite os limites e potências de cada sujeito.

A articulação entre a neurodiversidade, o uso de substâncias psicoativas e a terapia ocupacional ganha contornos profundos quando analisada sob a ótica crítica do materialismo histórico e da economia política, permitindo compreender a chamada "questão das drogas" não como um desvio moral isolado, mas como um fenômeno organicamente vinculado ao desenvolvimento do capitalismo e ao proibicionismo (Bardi, 2022, p. 1463-1464). Historicamente, o consumo de substâncias que alteram a percepção e o humor era de livre administração cultural. Contudo, com a consolidação do modo de produção industrial, a lógica mercantil invadiu todas as esferas da vida social, transformando a droga em uma mercadoria geradora de lucros extraordinários e integrando-a ao processo de fetichismo da mercadoria descrito por Karl Marx (Bardi, 2022, p. 1464). Desse modo, o usuário passou a ser rotulado como um transgressor ou criminoso perigoso, ocultando-se a verdadeira dimensão estrutural e econômica desse mercado (Bardi, 2022, p. 1464).

Sob a perspectiva da disciplina, do biopoder e da regulação dos corpos, o proibicionismo serviu de maneira exemplar aos interesses de controle da força de trabalho, buscando coibir os "maus hábitos" dos operários para extrair deles a máxima potência produtiva (Bardi, 2022, p. 1464-1465). Esse controle opera em consonância com as

análises de que as disciplinas se constituem como tecnologias de poder capilarizadas que visam adestrar os corpos e gerir a população, situando os indivíduos em espaços funcionais e hierarquizados (Souza, 2011, p. 196-197). A posterior declaração da "guerra às drogas" institucionalizou uma política repressiva que atinge majoritariamente as populações vulneráveis, pobres e negras das periferias, as quais cumprem um papel funcional e descartável na divisão social do trabalho e nos circuitos do narcotráfico (Bardi, 2022, p. 1464-1465). Nesse cenário, a pobreza e a precarização estrutural expõem os indivíduos a cotidianos de extrema hostilidade, nos quais o uso de substâncias muitas vezes assume o papel de uma estratégia de amortecimento do sofrimento e de suporte compensatório diante das barreiras impostas pela sociedade (Bardi, 2022, p. 1466-1467).

Para a terapia ocupacional contemporânea, especialmente em suas vertentes social e da saúde, essa leitura exige um rompimento radical com as posturas moralizantes, punitivas e estigmatizantes. A compreensão de que a violação de direitos e a ausência de acessibilidade social produzem muito mais vulnerabilidades do que a presença das substâncias na vida dos sujeitos desloca o eixo da intervenção profissional (Bardi, 2022, p. 1468). Em vez de focar estritamente na abstinência compulsória ou na patologização individual as ações terapêuticas mais efetivas pautam-se na escuta qualificada, no trabalho territorial e na defesa intransigente da Redução de Danos (Bardi, 2022, p. 1469-1471). Tais práticas buscam ampliar o repertório de vida, fortalecer os vínculos comunitários e garantir o resgate da cidadania (Bardi, 2022, p. 1469-1471), alinhando-se a uma práxis que recusa soluções higienizantes e compreende que o sofrimento associado ao uso de drogas é indissociável das contradições da sociedade de classes e dos mecanismos de

regulação da vida (Bardi, 2022, p. 1469-1471; Souza, 2011, p. 203). Essa compreensão ampliada desloca o eixo de sustentação das políticas públicas e das intervenções cotidianas, evidenciando que o cuidado em saúde não pode operar desvinculado das lutas emancipatórias mais amplas.

É justamente a partir dessa constatação crítica sobre as malhas do poder disciplinar e os determinantes estruturais do capital que se torna imperativo sintetizar os nexos analíticos costurados ao longo do percurso investigativo, desaguando nas reflexões conclusivas acerca da práxis terapêutico-ocupacional contemporânea.

4. CONCLUSÃO

A trajetória analítica desenvolvida ao longo deste estudo permitiu tensionar as fronteiras tradicionais que compartimentam o sofrimento psíquico, a neurodiversidade e o consumo de substâncias psicoativas, reposicionando-os sob o crivo crítico da Terapia Ocupacional Social e da analítica do poder. Longe de constituir um mero desvio moral ou uma falha de caráter estritamente individual, o uso de substâncias revelou-se, em grande medida, como uma engrenagem complexa de modulação afetiva e de suporte compensatório frente às exigências implacáveis da sociedade contemporânea. Conforme apontado por Bardi (2022), a chamada "questão das drogas" não pode ser dissociada das determinações estruturais do modo de produção capitalista e da mercantilização da vida, o que impõe à profissão o desafio ético e político de superar abordagens reducionistas, higienizantes e estigmatizantes.

Ao cruzar as perspectivas do DSM-5 (APA, 2014) com as contribuições teóricas de Michel Foucault e dos estudos sobre a neurodiversidade, constatou-se que o cotidiano dos sujeitos em especial daqueles que tencionam os padrões normativos de produtividade, como os indivíduos com Transtornos do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é atravessado por barreiras institucionais e por culturas crônicas de exaustão. A aversão ao atraso na recompensa e a desregulação nos circuitos dopaminérgicos (Duarte; Formigoni, 2017; Almeida et al., 2023) ganham contornos de sofrimento real quando colidem com estruturas sociais que demandam atenção constante, ritmo acelerado e hiperprodutividade. Nesse cenário de vulnerabilidade neurofuncional e social, as substâncias operam frequentemente como uma "prótese química" ou um recurso paliativo de sobrevivência, mitigando o tédio e a angústia existencial, mas rapidamente convertendo-se em armadilhas de dependência e controle (Dalabarba; Silva; Chiarani, 2025).

Diante dessa engrenagem, a Terapia Ocupacional assume um papel central e incontornável na reabilitação psicossocial e na defesa intransigente da Luta Antimanicomial. A práxis terapêutico-ocupacional contemporânea precisa romper radicalmente com o paradigma asilar e com o modelo biomédico tradicional que reduz o sujeito ao seu diagnóstico ou à sua condição de abstinência forçada. Isso significa compreender, com base nos preceitos da Terapia Ocupacional Crítica, que a violação de direitos, a precariedade laboral e a ausência de acessibilidade social produzem muito mais danos e vulnerabilidades do que a presença da substância na vida dos indivíduos (Bardi, 2022). O foco da intervenção deixa de ser o corpo dócil a ser corrigido pelas malhas disciplinares e passa a ser a expansão da contratualidade, a reconstrução de projetos de vida e a

recuperação do sentido emancipatório das ocupações humanas (Souza, 2011).

Reforça-se, portanto, a urgência de práticas territoriais fundamentadas na Redução de Danos, entendida não apenas como uma estratégia técnica de diminuição de riscos à saúde física, mas como uma postura político-filosófica que valida a existência do sujeito em sua singularidade e em seus contextos concretos de vida. A escuta qualificada, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a criação de espaços coletivos de trocas e afetos mostram-se ferramentas indispensáveis para que o cotidiano deixe de ser um espaço de opressão e exaustão, transformando-se em terreno fértil para a autonomia e a cidadania.

Em suma, ao articular a clínica do cotidiano às contradições estruturais da sociedade de classes, a Terapia Ocupacional reafirma seu compromisso com a emancipação humana. O percurso investigativo aqui realizado demonstrou que acolher a neurodiversidade e ressignificar o consumo de substâncias exige dismantlar as cercas invisíveis do proibicionismo e da normalização compulsória. Somente por meio de uma práxis comprometida com a justiça social, com a desinstitucionalização dos saberes e com a defesa intransigente dos direitos humanos será possível construir caminhos nos quais o viver e o ocupar-se estejam desvinculados da lógica da exploração e ancorados na potência irreduzível da vida em liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. Porto Alegre: Artmed,

2014.

BARDI, Giovanna. A questão das drogas e a Terapia Ocupacional: uma reflexão a partir de premissas Marxistas/ The drug question and Occupational Therapy: A reflection from Marxist premisses. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 1462–1473, 2022. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto50435. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/50435>. Acesso em: 15 jul. 2026.

Carleto, D. G. S., Nogueira, M., & Lussi, I. A. O. (2025). Atividades significativas e cotidiano das pessoas que usam álcool e drogas: perspectivas da terapia ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 33, e3925. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO402339251>

MOREIRA, Samantha Ferreira da Costa; NAKANO, Eduardo Yoshio; SANTOS, Helton Saulo Bezerra dos; OLIVEIRA, Karina Diniz; MIRANDA, Kleverson Gomes de; FONSECA,

NEVES, Tiago Iwasawa; SOUZA, Vinicius José de Lima. Patologia do Desempenho: TDAH, Drogas Estimulantes e Formas de Sofrimento no Capitalismo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, e236353, p. 1-13, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003236353>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Classificação Internacional de Doenças: Décima Primeira Revisão (CID-11). Genebra: OMS, 2022. Disponível em: <https://icd.who.int/browse/2024-01/mms/en>. Acesso em: 17 abr. 2025.

Rafaela Maria Alves Martins; GALLASSI, Andrea Donatti. Transtornos pelo uso de substâncias e funcionamento social sob uma perspectiva ocupacional: um pré e pós estudo. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S. l.], v. 31, p. e3476, 2023. DOI: 10.1590/2526-8910.ctoAO266634762. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/3476>. Acesso em: 13 jul. 2026.

RODRIGUES, Aline Santos Pereira; SACHINSKI, Gabriele Polato; MARTINS, Pura Lúcia Oliver. Contribuições da revisão integrativa para a pesquisa qualitativa em Educação. *Linhas Críticas*, [S. l.], v. 28, p. e40627, 2022. DOI: 10.26512/lc28202240627. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/40627>. Acesso em: 21 set. 2025.

SILVA, Carla Regina; SANTOS, Caroline Nascimento; NOGUEIRA, Juliana Nascimento; MALFITANO, Ana Paula Serrata. Mapeamento da atuação do terapeuta ocupacional nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad) do interior do estado de São Paulo/Mapping of occupational therapy practice in the psychosocial Care Centers of Alcohol and Drugs In Sao Paulo sta. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 321–334, 2015. DOI: 10.4322/0104-4931.ctoAO0504. Disponível em: <https://www.cadernosdeto.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/941>. Acesso em: 15 jul. 2026.

¹ Discente do Curso Superior de Terapia Ocupacional do Centro Universitário UniGuairacá Campus Pinhão. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

